

Acta N.º <b>04/2008</b>	
Livro N.º	Folha N.º
<b>04</b>	<b>139</b>

**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**  
**ACTA N.º 04/2008 DE 29 DE SETEMBRO DE 2008**

----- Aos vinte e nove dias do mês de Setembro do ano dois mil e oito, reuniu, no Salão Nobre dos Paços do Município, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva, em Sessão Ordinária do mês de Setembro do ano em curso, pelas dez horas, e com a ordem de trabalhos constante no Edital junto aos documentos anexos a esta acta e oportunamente remetida a todos os membros da Assembleia.-----

----- Estiveram presentes na sessão os seguintes Membros da Mesa da Assembleia: --

- Henrique Gomes Morgado, Presidente deste Órgão Autárquico, Manuel António Lourenço Reis, primeiro secretário da mesa e os seguintes Membros:-----

José Luís Ferreira dos Santos, Carlos Fernando Diogo Pires, Manuel Costa Pereira, Ilídio Silva Ferreira, Carlos Alberto Pereira de Sá, Carlos Sousa Ribeiro, Orlando Carvalho Canseiro, Avelino Pereira Ferrolho, António Manuel Rodrigues Coelho, Amândio Rodrigues Guedes, António Manuel Ribeiro Tavares, José Macário Afonso, Paulo Manuel Teixeira Marques, Joel Afonso de Sousa, Maria Helena Pedrosa Miquelino Sousa e Orlando Pereira Gomes.-----

----- Não compareceram à reunião os membros: Margarida Araújo da Costa, Susana Sofia Martins Pinto, Armanda Ramos Guedes e Veríssimo José Afonso Pinto.-----

----- Dado que a segunda secretária da mesa não compareceu à sessão o Sr. Presidente chamou para secretariar a reunião o Sr. Amândio Rodrigues Guedes.-----

----- Nos termos do nº1 artigo 25º do Regimento desta Assembleia, participou na sessão o Presidente da Câmara Municipal.-----

----- O Presidente da Câmara chamou para o assessorar na sessão o Sr. Dr. José Manuel Magalhães, Chefe da DAF.-----

----- Sendo a hora designada para início da sessão, eram dez horas e vinte minutos, e verificando-se haver quorum, o Sr. Presidente da Mesa declarou aberta a Sessão, dando início aos trabalhos: -----

**-----PERÍODO “ANTES DA ORDEM DO DIA”-----**

**1.1 - Leitura e apreciação de expediente diverso: -----**

----- O Presidente da Assembleia deu a conhecer e fez-se apreciação do expediente recebido no período compreendido entre 1 de Junho e 26 de Setembro do ano em curso.-----

----- **a) Justificação de Faltas** - O Presidente da Assembleia informou que o Membro Susana Sofia Martins Pinto, apresentou por e-mail de 2 de Julho do ano em curso, pedido de justificação de falta à sessão ordinária da Assembleia Municipal do dia 30 de Junho, tendo a mesa aceite a justificação.-----

-- **b) Justificação de Faltas** - O Presidente da Assembleia informou que o Membro Maria Helena Pedrosa Miquelino Sousa, apresentou por e-mail de 1 de Julho do ano em curso, pedido de justificação de falta à sessão ordinária da Assembleia Municipal do dia 30 de Junho, tendo a mesa aceite a justificação.-----

-- **c) Justificação de Faltas** - O Presidente da Assembleia informou que o Membro Joel Afonso de Sousa, apresentou por e-mail de 30 de Junho do ano em curso, pedido de justificação de falta à sessão ordinária da Assembleia Municipal do dia 30 de Junho, tendo a mesa aceite a justificação.-----

-- **d) Justificação de Faltas** - O Presidente da Assembleia informou que o Membro Margarida Araújo da Costa, apresentou em 23 de Setembro do ano em curso, pedido de justificação de falta à presente sessão, tendo a mesa aceite a justificação.-----

## **1.2 - Outros assuntos típicos do “Período Antes da Ordem do Dia”;** -----

--- Abertas as inscrições para este ponto, inscreveram-se e usaram da palavra os seguintes membros: -----

- **Carlos Sá** – Começou por felicitar a Freguesia de Vila Cova à Coelheira, na pessoa do Senhor Presidente da Junta de Freguesia, pelo vigésimo quinto aniversário do Grupo Folclórico e Etnográfico e pelo trigésimo aniversário do Grupo Coral. Referiu ainda que a transmissão televisiva da missa dominical em Vila Cova à Coelheira foi uma promoção a nível nacional que honra todo o Concelho.-----

--- Questionou o Sr. Presidente da Câmara se aquando da colocação da placa alusiva à geminação com Orsay, em Agosto do ano em curso, houve efectivamente um convite formal aos membros da Assembleia Municipal no sentido de estarem presentes no evento. Informou que foi através de uma acta da Câmara Municipal que teve conhecimento de que efectivamente existia na Avenida Capitão Correia de Campos, uma placa alusiva à geminação. -----

- **José Luís Santos** – Começou por felicitar a Freguesia de Vila Cova à Coelheira, referindo que orgulha todo o concelho ao aparecer na televisão. Referiu que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia deve transmitir em Assembleia de Freguesia de Vila Cova à Coelheira as congratulações dos membros da Assembleia Municipal. Felicitou as Juntas de Freguesia pelo esforço em manter as bermas das estradas limpas, mas alertou para o facto de na estrada EN 323 entre o cruzamento da Queiriga e Vila Nova de Paiva existir alguma falta de limpeza das bermas, acrescentando que sendo uma via com um tráfego considerável tal situação em nada dignifica o Concelho.-----

- **António Coelho** – Deu os parabéns ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Cova à Coelheira referindo-se ao vigésimo quinto aniversário do Grupo Folclórico e Etnográfico, ao trigésimo aniversário do Grupo Coral e pela transmissão

Acta N.º <b>04/2008</b>	
Livro N.º	Folha N.º
<b>04</b>	<b>139</b>

televisiva da missa dominical. Informou que ainda não foram transferidas para as Juntas de Freguesia as verbas referentes à conservação, limpeza de valetas, bermas e taludes, apesar de todas as bermas estarem limpas.-----

--- Questionou o Sr. Presidente sobre a transferência de competências do Ministério da Educação para os Municípios. -----

- **Orlando Gomes** – Salientou que as Juntas de Freguesia têm feito um grande esforço para manter as bermas limpas, solicitando que o Senhor Presidente da Câmara Municipal deve acelerar o processo de transferências de verbas às Freguesias. Referiu que o Rio Paiva, é considerado um dos rios mais limpos da Europa, que dignifica o concelho, cabe por isso a todos zelar pela sua limpeza e preservação. Quanto à praia fluvial de Fráguas, referiu que a Junta de Freguesia não tem capacidade para tratar da manutenção de todo o espaço, informando que na época balnear são inúmeros os banhistas que a frequentam. No seu entender a Câmara Municipal deveria participar de forma mais activa na manutenção deste espaço começando já no próximo ano. Acrescentou que, a praia fluvial de Fráguas acaba por ser uma das principais imagens do Concelho devido ao elevado número de banhistas que a frequentam. Referiu-se à ETAR de Vila Nova de Paiva dizendo que se devem evitar as descargas, e que a partir do momento em que esta teve uma manutenção mais assídua inúmeros problemas desapareceram. Acrescentou que, actualmente temos actualmente água mais limpa, consequentemente um concelho mais ecológico.-----

- **Paulo Marques** – Começou por felicitar o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Cova à Coelheira, referindo que foi uma excelente iniciativa a transmissão televisiva da missa dominical. Referiu que o Sr. Presidente da Câmara Municipal cumpriu mais uma promessa política e pessoal ao contratar a socióloga que queria para efectuar um estudo sobre a emigração no concelho. -----

--- Questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre a actual situação dos Julgado de Paz, como estão as negociações com o Grupo Folclórico Cultural e Recreativo de Vila Nova de Paiva e que gostaria de ver o respectivo processo. Referindo-se às piscinas Municipais perguntou o que levou à mudança de monitores. Pois segundo alguns dos utentes o monitor dispensado era tido como um bom profissional. -----

- E não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa, deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões levantadas. -----

- **Presidente da Câmara** - Começou por responder ao deputado Carlos Sá dizendo que deu instruções para que todos os membros fossem convidados a estarem presentes na colocação da placa relativa à geminação com Orsay, e se alguns dos convites não foram recebidos não foi propositadamente. -----

--- Em relação à limpeza referiu que as bermas foram limpas duas vezes, mas tendo em conta as condições climáticas, talvez essa manutenção não tenha sido suficientemente eficaz. Quanto às verbas relativas às limpezas referiu que a Câmara não tem dinheiro para pagar tudo de uma só vez, mas que vai providenciar que se pague pelo menos alguma parte. Quanto à transferência de competências para os Municípios em matéria de Educação informou que na semana passada participou numa reunião da Associação de Municípios da Região Dão Lafões, do qual fazem parte catorze municípios, e desses Municípios nenhum deles ainda subscreveu o Protocolo com o Ministério da Educação. O Município de Vila Nova de Paiva também ainda não o fez por questões de solidariedade. Informou ainda que a própria Associação Nacional de Municípios recomendou não se assinar o Protocolo. No entanto, é inevitável que se venha a assinar, tem é que se analisar com cuidado as contrapartidas. -----

--- Em relação à ETAR o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Fráguas tem razão ao referir que após a reparação desta as melhorias são evidentes.-----

--- Em resposta à questão levantada pelo membro Paulo Marques, relativa à contratação de uma socióloga, referiu que foi eleito para tomar decisões e foi isso que fez e faz. Mais, um presidente de Câmara gere uma Câmara e claro que toma decisões que nem todos concordam. Quanto à estagiária informou que a Câmara municipal paga vinte e cinco por cento e o Fundo Social Europeu através do Programa Operacional Potencial Humano, paga o restante. A Câmara necessitava de uma socióloga para fazer um trabalho sobre a emigração tendo em conta que o concelho de Vila Nova de Paiva tem a freguesia “mais brasileira” e a freguesia “mais francesa” de Portugal, referindo-se concretamente a Vila Cova à Coelheira e a Queiriga, respectivamente.-----

--- Quanto aos Julgado de Paz informou que as obras nas instalações já começaram e estão a um bom ritmo esperando que dentro de sessenta dias estará a funcionar nas condições que foram acordadas e conhecidas pelos membros desta Assembleia Municipal, e o que irá se contractualizado está em acta da Câmara Municipal e que será transposto para o contrato de arrendamento que se irá realizar.-----

-- Relativamente às Piscinas Municipais informou que houve necessidade de fazer algumas alterações, entendendo que os técnicos responsáveis deveriam dar mais aulas, passando de seis horas para dezassete horas semanais. Devido à introdução das AEC'S foi necessário contratar mais um monitor, totalizando assim cinco monitores. Entendeu-se dar uma oportunidade a um jovem do Touro, que já lá esteve a estagiar, substituindo assim o monitor do Sátão.-----

----- **ORDEM DO DIA** -----

Acta N.º <b>04/2008</b>	
Livro N.º	Folha N.º
<b>04</b>	<b>139</b>

## **2.1 - Leitura e apreciação da acta da sessão Ordinária de 30 de Junho de 2008;----**

--- O Presidente da Mesa da Assembleia informou que a acta que havia sido enviada aos membros deste órgão para eventuais alterações ou sugestões, conforme deliberado na sessão de 22 de Dezembro de 2006. Não tendo chegado à mesa quaisquer sugestões ou alterações, colocou- de imediato a votação.-----

--- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por maioria absoluta, com abstenção dos Membros Joel Afonso de Sousa, Maria Helena Pedrosa Miquelino Sousa e Orlando Pereira Gomes, dado não terem estado presentes, aprovar a acta da sessão de 30 de Junho. ----

## **2.2 - Inspeção Ordinária ao Município de Vila Nova de Paiva realizada no período de 30 de Janeiro a 11 de Abril de 2008 - Apreciação e decisão. -----**

- **Presidente da Câmara** – Começou por fazer uma breve resenha histórica de todo o processo, destacando que os Srs. Inspectores não detectaram qualquer ilegalidade. No entanto, foram encontradas algumas irregularidades, que já se regularizaram. Informou que já foi dado conhecimento à Inspeção Geral das Autarquias Locais que os serviços regularizaram o que não estava de acordo com as normas. Salientou ainda que os munícipes não foram lesados.-----

--- Relativamente ao abono de despesas de representação e subsídio de refeição atribuído ao Sr. Vereador a Meio Tempo, Jorge Oliveira Pinto, informou que no mês de Janeiro, antes de vir a inspecção, foi detectada a atribuição dessas mesmas verbas que suscitou algumas dúvidas por este se encontrar a meio tempo. De imediato foi pedido um parecer ao Gabinete Jurídico da Câmara, que conclui no sentido de se continuar a pagar essas verbas. Informou ainda que no dia 18 de Janeiro do ano em curso, face às dúvidas suscitadas nos serviços foi solicitado à CCDD do Centro um parecer jurídico. Este último concluiu pela não atribuição das referidas verbas, mas que não havia lugar à reposição dos abonos auferidos no período de Novembro de 2005 a Dezembro de 2007. De imediato se suspendeu a atribuição desses abonos, e tal se comunicou ao Sr. Vereador, dando-se início à reposição mensal das verbas indevidamente auferidas, com efeitos a partir de Janeiro de 2008. Como o relatório da IGAL conclui que não há a obrigatoriedade de repor as quantias recebidas ao abrigo de actos administrativos ilegais sanados e como tal firmados na ordem jurídica como caso decidido ou caso resolvido. A Lei não obriga a repor essas quantias. Salientou ainda que não houve má fé entre os intervenientes e que o Sr. Vereador Jorge Oliveira Pinto entende que tem direito a essa verbas.-----

-- Abertas as inscrições para este ponto, inscreveram-se e usaram da palavra os seguintes membros: -----

- **Joel Sousa** – Começou por referir que discutir os aspectos de natureza legal é o que menos interessa, pois aqui a questão é de valores, quase uma questão educacional. Outra questão é medir responsabilidades dos factos. Discorda com o Sr. Presidente da Câmara ao dizer que todos cometem irregularidades, tanto no público como no privado. Informou que ainda há bem pouco tempo a Segurança Social lhe comunicou que relativamente à três anos atrás pagou menos verbas do que devia, e que os erros administrativos são sempre passíveis de serem corrigidos e teve que pagar uma importância referente a esses três anos. Mais, que há dois sistemas, e não percebe, sinceramente, haver um sistema para os políticos e outro para as empresas e para as pessoas em nome individual. Referiu ainda, que o preocupa verdadeiramente esta situação. Reconhece que foram realizadas várias diligências, designadamente pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, no sentido da resolução do assunto. Mas que também há a responsabilidade de outros Vereadores, e que verificou pela leitura das actas das reuniões da Câmara que quase não se diz nada a esse respeito, mas que percebe porque um dos Vereadores tem despesas de representação, que não são bem despesas, faz inúmeras viagens às expensas da Câmara e que não seria legítimo estar-se a pronunciar sobre o assunto. Em relação à falta de legalidade salienta que no relatório da IGAL consta que o parecer do jurista foi extremamente grosseiro, até porque a Lei n.º 29/87, de 30 de Junho alterada pela Lei n.º 86/2001, de 10 de Agosto, que estabelece os Estatutos dos Eleitos Locais. Parece-lhe que o jurista não conhece essas leis, onde se estabelece o regime dos Vereadores a Meio Tempo, estipulando que têm direito a metade da remuneração e não abrange os suplementos.-----

--- Realçou que quando o Chefe dos Serviços Administrativos emitiu em Janeiro de 2007 um parecer no sentido de não se pagar tais verbas, não percebe porque a partir desse momento não se congelou o pagamento desses abonos ou então se continuava a pagar acautelando-se no sentido de posteriormente, caso fosse o caso, haver lugar à reposição do dinheiro. Mais, neste momento a questão não é de repor ou deixar de repor o dinheiro, mas sim uma questão de valores. Que ninguém pode ir para a política com a intenção de se governar, antes de se governar a si próprio. Referiu que quando o Sr. Presidente disse que ninguém ficou lesado em Vila Nova de Paiva não é verdade. Questionou se em Vila Nova de Paiva ninguém paga impostos, porque se assim for, ninguém ficou lesado. Mas na verdade todos são contribuintes. Quando se recebe dinheiro que não lhe pertence, há uma obrigação. Em termos legais discorda de alguns aspectos, e na sua opinião dever-se-ia solicitar um parecer ao Tribunal de Contas e indo mais longe dever-se-ia fazer uma espécie de denúncia de alguns pareceres, porque o facto de alguns indivíduos serem inspectores, nada garante que os inspectores

Acta N.º <b>04/2008</b>	
Livro N.º	Folha N.º
<b>04</b>	<b>139</b>

fazem de facto a coisas mais correctas, também podem cometer irregularidades. Para finalizar reforçou o que já havia dito dizendo que infelizmente há um país com dois sistemas, um para os políticos outro para os restantes, e que esta situação é preocupante.-----

**- Diogo Pires** - No seu entender se foi detectada a irregularidade em Janeiro de 2008, seria razoável que nesse momento houvesse um despacho no sentido de se suspender esse pagamento e de se repor as verbas auferidas desde Janeiro de 2007 como está consagrado na lei.-----

**- Paulo Marques** - Começou por dizer que concorda em grande parte com o que o deputado Joel Afonso disse. Reportando-se ao que o Sr. Presidente da Câmara disse que se tinha sido reposta a legalidade, refere que não é bem como ele diz, ou seja não se pode estar a dizer que o que era ilegal já não é ilegal, e que tudo se fez para repor as coisas legais, porque isso não corresponde exactamente ao sucedido. Como consta no relatório da IGAL, e leu um excerto do mesmo, como a seguir se transcreve: “ *Sendo cada processamento de abonos um acto administrativo, o processamento de cada suplemento remuneratório enquanto acto administrativo anulável fica convalidado na ordem jurídica após o decurso do prazo de impugnação contenciosa (um ano), ou então, a reposição dos montantes relativos quer ao abono de despesas de representação, quer ainda das quantias referentes ao subsídio de refeição, deverá reportar-se e abranger todas aquelas quantias ilegalmente abonadas ao abrigo de actos de processamento, no período temporal, ou que ainda se encontrem no período temporal susceptível da sua impugnação contenciosa.*” Depois de ter lido este excerto do relatório da IGAL afirma que não percebe e não entende porque nada se fez. É um facto e que não se está na sessão para atribuir culpas a ninguém porque muitos dos factos já prescreveram. Mas efectivamente em relação a Janeiro de 2008 e reportando-se a Janeiro de 2007 há uma responsabilidade clara e uma culpa efectiva do Sr. Presidente da Câmara em não ter impugnado o acto administrativo de Janeiro de 2007 que lhe poderia aí assim conseguir reaver juridicamente e legalmente as despesas de representação e o subsídio de refeição que foram atribuídos ao Sr. Vereador desde o ano de 2007.-----

**- António Tavares** – Afirmou que o mais importante de toda a questão são as intenções e essas ficam por quem as pratica. Mais, que todo esse processo nasceu torto. Pelo que leu foram pedidos vários pareceres a várias entidades e nunca houve clareza quanto à atribuição das referidas verbas. Quanto sabe o Sr. Vereador não solicitou esses subsídios e que estes lhe foram atribuídos. O Sr. Vereador está Meio

Tempo, e se os abonos lhe foram atribuídos indevidamente, está a tempo de corrigir o erro.-----

- **Carlos Sá** – Começou por informar que era para estar no Tribunal de Sátão para ser testemunha de um processo, mas como queria estar presente na discussão do relatório da IGAL acabou por não ir. Referiu que ressalta do relatório que não há ilegalidades. Da experiência que tem de relatórios e inquéritos, as ilegalidades estão tipificadas em lei e as irregularidades são actos praticados muitas vezes por funcionários menos zelosos. Como residiam dúvidas quanto ao pagamento dos abonos ao Vereador a Meio Tempo, nomeadamente por funcionários relativamente a essa questão fizeram bem em colocar esta questão à inspecção. Refere que ele próprio levantou a questão, no início do mandato, de saber qual as obrigações e direitos do Sr. Vereador a Meio Tempo com a função de Sr. Vice - Presidente da Câmara. As dúvidas por ele colocadas vieram neste momento dar-lhe razão, como se pode relatado no relatório da IGAL. Referiu que quem menos culpa tem nessa situação é o Sr. Vereador Jorge Oliveira Pinto. Este recebeu os abonos e acha-se com direito a esses valores. Refere ainda, que nunca teve dúvidas sobre a remuneração do Sr. Vereador a Meio Tempo. Na sua opinião o Sr. Vereador não tem que repor voluntariamente, deve esperar pela decisão. Mais, pessoalmente não repunha, só caso fosse obrigado. O Sr. Presidente deveria ter dado um despacho no sentido de repor as importâncias. A única coisa que aqui poderia condenar o Sr. Vereador Jorge, é o facto de ele próprio dar um despacho no qual era beneficiado, nesta situação há uma irregularidade, não actuou bem, deveria deixar para o Sr. Presidente o despacho. Frisou de novo que se o Sr. Presidente da Câmara passado um mês de ter tomado posse e de ser instalada da Assembleia Municipal, tivesse o cuidado de ouvir as suas palavras, nada disto aconteceria. Dever-se-ia ter solicitado os serviços de um jurista com conhecimentos efectivos em Direito Administrativo, que é aquilo que não acontece. Referiu ainda que neste momento alguns dos intervenientes continuam com dúvidas relativamente à remunerações auferidas pelo Sr. Vereador.-----

- **Diogo Pires** – Afirmou que a Inspecção da IGAL relativamente à avaliação que fez da actividade municipal actualmente, quer no seu mandato em que foi responsável, quer nos dois anos que decorreram desde então não se encontraram indícios de irregularidades ou ilegalidades, a não ser o caso dos abonos efectuados no caso do Sr. Vereador. Referiu que não há dúvidas que os pagamentos efectuados dos abonos foram feitos indevidamente. Mais, apuradas as responsabilidades não é passível de atribuição de culpa porque as pessoas agiram pensando que estavam dentro da legalidade. Referiu que gostava de dizer pessoalmente ao Sr. Vereador Jorge que ele

Acta N.º <b>04/2008</b>	
Livro N.º	Folha N.º
<b>04</b>	<b>139</b>

não tem culpa nenhuma no processo. Afirmou que há outros patamares de avaliação e não havendo culpa interessa fazer uma pequena análise quanto ao prejuízo dos dinheiros públicos, censurando o procedimento que levou a essa situação. No seu entender houve negligência, superficialidade no tratamento dos assuntos, e falta de informação por omissão. Interessa avaliar os procedimentos, os comportamentos dos agentes políticos relativamente aos assuntos e como eles os encaram. Se fosse hoje todos fariam de maneira diferente. Que deixa para o Sr. Vereador Jorge Oliveira Pinto o julgamento de decidir se teria ou não que restituir as quantias recebidas, e que ele será julgado pelo acto que praticar. Faz ainda um voto de censura relativamente ao momento em que o Dr. Magalhães, Chefe da DAF emite uma informação e o Sr. Presidente da Câmara Municipal não suspendeu os pagamentos e assim se perdeu a retroactividade do ano de 2007. No seu entender todos os intervenientes no processo deveriam ter conduzido o processo com mais atenção e preocupação na atribuição de dinheiros públicos.-----

- **Presidente da Câmara** – Informou que no dia 17 de Janeiro do ano em curso teve conhecimento da informação do Chefe da DAF e no dia seguinte despachou a informação com um pedido de parecer à CCDRC. Que tomou todas as diligências necessárias para que tudo se clarificasse. Informou ainda que no dia 6 de Março do corrente ano a Câmara Municipal recebeu o parecer da CCDRC no qual constava que o Sr. Vereador não havia lugar à reposição das quantias recebidas.-----

- **Henrique Morgado** – Afirmou que concorda globalmente com o conteúdo e substância das intervenções dos deputados Joel Afonso e Diogo Pires. Que não há lugar à atribuição de culpa, o relatório assim o diz. Na sua opinião o Sr. Vereador Jorge Oliveira Pinto não tem culpa. Mais, não tem dúvidas absolutamente nenhuma que o Sr. Vereador agiu segundo o Princípio da Boa Fé, aliás quando foi ouvido pelos senhores inspectores assim o disse, e que nunca foi intenção dele lesar quem quer que fosse, nomeadamente a Autarquia. Referiu ainda que não houve por parte do Sr. Presidente da Câmara Municipal lesar a Autarquia, estando convictamente ciente que se ele suspeitasse que estaria perante um caso de lesão do erário público teria agido de modo diferente. No seu entender todos os intervenientes agiram do Boa Fé. Que segundo o Princípio das relações jurídicas e parece que o Auditor o disse claramente, os actos ilegais não impugnados transformam-se em legais, e assim o Sr. Vereador não é obrigado a repor. Não é obrigado mas pode fazê-lo, mas isso é uma questão pessoal. --- De seguida, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. José Manuel Magalhães, Chefe da DAF, para prestar alguns esclarecimentos sobre este assunto.-----

--- **José Manuel Magalhães, Chefe da DAF**- Fez uma breve explanação do procedimento tido relativamente a este processo e diligências tomadas relativamente à referida questão.-----

--- **Interrupção para almoço** - Eram treze horas e treze minutos quando o Sr. Presidente interrompeu os trabalhos por um período de uma hora e trinta minutos para o almoço.-----

--- **Regresso à sessão** - Eram catorze horas e cinquenta e quatro minutos, quando o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia declarou reaberta a Sessão, tendo de imediato feito a chamada, verificando que estavam presentes os mesmos membros que participaram da parte da manhã, à excepção da Sr.<sup>a</sup> Maria Helena Miquelino Sousa.-----

-- De seguida continuaram as intervenções pela ordem de inscrição já feita da parte da manhã.-----

- **Paulo Marques** - Referiu que o acto administrativo pode ser impugnado contenciosamente no prazo de um ano. Disse que há que convir que o Sr. Presidente tem de impugnar contenciosamente o acto administrativo do pagamento ilegal ao Sr. Vereador desde Novembro de 2007 até Dezembro de 2007 (inclusive). Se o não faz está a lesar a Câmara. Referiu que, quem menos culpa tem no processo é o Sr. Vereador Jorge, que apenas recebeu o que lhe disseram a que tinha direito. O Sr. Presidente ao afirmar que se repôs a legalidade, não corresponde exactamente à verdade, pois se estivesse reposta a legalidade quando tomou conhecimento da situação impugnava o acto administrativo que se reportava a um ano atrás. Moralmente essa situação é extremamente grave, tal como politicamente, porque há uma pessoa que recebeu indevidamente entre €8.000,00 e €9.000,00. Mais, o que se verificou foi uma situação jurídica absurda, começou-se a pagar em Novembro de 2005 e a dúvida só surge em Janeiro de 2008, quando se processam vencimentos todos os meses. A verdade é que o Município ficou mais pobre porque houve uma delapidação de património, uma clara displicência e negligência forte de todos os interveniente, inclusive do Sr. Presidente da Câmara Municipal.-----

--- De seguida a bancada do partido socialista apresentou a seguinte declaração:-----

-- *“Esta é uma situação lamentável, juridicamente mal resolvida, moralmente grave e politicamente decisiva.*-----

-- *Lamentável pois esta é uma situação escusada, que não poderia nem deveria ter acontecido, surgiu de uma forma displicente e negligente, com atitudes dúbias e com as quais há responsabilidades claras de todos quanto estavam envolvidos.*-----

-- *Juridicamente mal resolvida porque, sem querer entrar nos meandros do direito, vemos falhas claras em todos os momentos do processo, desde o seu começo, com um*

Acta N.º <b>04/2008</b>	
Livro N.º	Folha N.º
<b>04</b>	<b>139</b>

*parecer que conclui por uma solução ilegal, que continuou pela prática reiterada da ilegalidade e que, mesmo agora quando se diz que o vereador repôs o que devia, efectivamente repôs apenas uma ínfima parte, e ao contrário do que parece ou nos querem fazer parecer, não repôs tudo o que legalmente deveria repor.*-----

*-- Vejamos, se ao fim de um ano o acto administrativo ilegal se torna legal, então, assim que aparecerem as primeiras respostas ao problema da retribuição, deveria a Câmara, logo, no imediato, impugnar o acto relativo a 12 meses atrás e não apenas ao ano em curso.*-----

*-- Assim, o que juridicamente há a repor reporta-se a 12 meses atrás do conhecimento do acto administrativo ilegal.*-----

*-- É moralmente grave pois, efectivamente, o Município ficou mais pobre numa quantia de 9.000 euros. Não só o Município ficou mais pobre como houve um enriquecimento indevido proveniente de 3 anos a receber algo a que não tinha direito. Estamos a falar de dinheiros públicos provenientes dos impostos de todos nós.*-----

*-- Juridicamente sabemos que apenas tem de repor o dinheiro dos doze meses anteriores ao conhecimento do acto (não apenas os 3 que repôs), agora moralmente, o seu dever enquanto eleito pelo povo é repor a totalidade da sua receita indevida.*-----

*-- Esta situação é politicamente decisiva pois é uma situação que apenas aconteceu neste Executivo. Foi um vereador do PSD que enriqueceu à custa do Povo.*-----

*-- Foi o Presidente da Câmara do PSD que aceitou e cumpriu a directiva para se pagar. Não questionou, agiu negligentemente, não quis observar o óbvio, pois esta ilegalidade é óbvia à vista de qualquer pessoa. Será que não tem culpa? Será que quer transformar isto em algo menor? Não podemos pactuar com uma situação tão grave. Não podemos pactuar com o laxismo, negligência, desleixo e incompetência aqui evidentes e que são a imagem de marca deste Executivo.*-----

*-- O PS defende que, mais do que repor a legalidade, reponha-se a moralidade. O Sr. Vereador pode e deve repor a totalidade do que recebeu indevidamente. Só assim se poderá pôr cobro ao desperdício de dinheiros públicos e proveitos indevidos.*-----

*-- Só assim este Executivo poderá ter o mínimo de dignidade, moralidade e responsabilidade para acabar o mandato.*-----

*-- Não o fazer é premiar a arbitrariedade, a conivência, o oportunismo, o compadrio. É criar definitivamente a marca deste Executivo... o nada fazer nada, o nada construir e tudo gastar.*-----

*-- Sr. Presidente: haja vergonha e haja decoro."*-----

**-- Presidente da Câmara** - Propôs que a Assembleia Municipal remeta a declaração do PS à CCDRC para a analisar e para que emita um parecer.-----

- **José Luís Santos** - Entende que a declaração do PS é uma afronta, é ofensiva ao bom nome do Sr. Vereador. Que condenar uma pessoa sem sequer poder ser ouvida é condenável. Referiu que de acordo com o disposto no art.º 48.º da Lei dos Eleitos Locais, os Srs. Vereadores podem intervir nas sessões da Assembleia Municipal para o exercício de defesa da sua honra. Assim sendo dever-se-ia ouvir o Sr. Vereador Jorge.-

- **Henrique Morgado** – Afirmou que houve sempre a preocupação de todos os intervenientes em dizer que o Sr. Vereador é a parte menos culposa. Que ninguém pôs em causa a honra, dignidade, credibilidade e honestidade do Sr. Vereador. -----

- Salientou que o Dr. Paulo Marques apenas pretende uma clareza jurídica da situação.-----

--- A Mesa da Assembleia Municipal solicitou a presença do Sr. Vereador Jorge Oliveira Pinto e a do jurista da Câmara Municipal, Dr. Paulo Ramos, que prestaram alguns esclarecimentos sobre o assunto em epígrafe.-----

- **O Sr. Vereador Jorge Oliveira Pinto**- Afirmou que está de consciência tranquila.--

- **Diogo Pires** – Afirmou que concorda globalmente com a declaração e que o objectivo da declaração do PS é a moral, a ética e não a conduta do Sr. Vereador Jorge. Que não é a pessoa do Sr. Vereador que está em causa mas sim o decorrer de todo o processo. Que em Janeiro de 2008 o Sr. Presidente poderia ter dado um despacho impugnado todo o ano anterior. O que é importante clarificar é que em Janeiro se deveria ter impugnado o acto administrativo.-----

- **José Luís Santos** – Referiu que não admite certas afirmações e que independentemente da política há princípios que se devem seguir. Sugeriu que o PS alterasse a declaração. Questionou o Sr. Vereador se estava ou não ofendido com a declaração, ao que o Sr. Vereador respondeu que se sentia ofendido.-----

- **Diogo Pires** – Afirma que a sua postura não é fazer cedências ao que os outros escrevem e informou que o Dr. Paulo Marques tinha feito uma proposta para se fazer uma queixa ao Ministério Público, e ele entendeu que essa proposta era desproporcionada, mas que se revê no essencial da declaração. Fez um repto para que as outras bancadas de outros partidos apresentem outras declarações.-----

- **Paulo Marques** – Salientou que não considera a declaração ofensiva da honra do Sr. Vereador. Que o termo enriquecimento indevido que consta na declaração não se refere ao enriquecimento pessoal. O termo enriquecimento aparece num conceito jurídico da palavra e no sentido de ter recebido indevidamente abonos.-----

---- De seguida passou-se à discussão da Segunda parte do Relatório da IGAL:-----

--- Abertas as inscrições para este ponto, inscreveram-se e usaram da palavra os seguintes membros:-----

Acta N.º <b>04/2008</b>	
Livro N.º	Folha N.º
<b>04</b>	<b>139</b>

- **Diogo Pires** – Começou por dizer que os relatórios são instrumentos muito importantes para se avaliar toda a vida de um Município. É apreciar toda a vida municipal, desde as actas das reuniões da instalação da Assembleia Municipal e Câmara Municipal, passando pela organização e funcionamento de todos os serviços. Que o relatório da IGAL diz respeito em parte ao Executivo que ele próprio dirigiu. Que achou estranho não ter sido ouvido para se pronunciar quanto à gestão em que foi responsável. Salientou que há duas questões que se tem que analisar, uma pessoal e outra institucional. A questão pessoal é que não pode deixar de se lembrar de algumas afirmações e insinuações que estão em acta das reuniões da Câmara Municipal, em que muita mentira e dislate foi dito sobre a sua pessoa e sobre a sua responsabilidade enquanto Presidente da Câmara Municipal. Referiu que na 1.ª auditoria disse o que tinha a dizer, enquanto na auditoria controlada por alguns funcionários menos recomendados com mentiras e com ocultação de várias situações viu-se obrigado a exigir que ficassem em acta as suas declarações. Que lhe apraz registar na visão global que o relatório é bastante agradável para o Município, tanto para o anterior Executivo como para o actual, à excepção da questão relativa ao Sr. Vereador Jorge Oliveira Pinto. Apraz-lhe registar ainda que não foram detectadas irregularidades e ilegalidades durante o seu mandato. Relativamente à questão institucional referiu que é bom que todos percebam que cada afirmação feita terá que ser bem pensada, comedida sob pena de no futuro se virar contra o mesmo. Faz um aviso para quem anda envolvido nas actividades políticas, que na fase institucional deve perceber que quando fala de carácter, honorabilidade das pessoas e princípios deve conhecer com alguma profundidade o que está a falar sob pena de mais tarde ter de se retractar. Reparou que no relatório são referidas algumas situações que convém saber se estão eventualmente a ser tratadas, como por exemplo o Arquivo Municipal tendo em conta que já havia um projecto financiado. Mais uma vez quis registar que das duas inspecções, uma pedida e controlada e outra feita por uma inspecção externa vasculhando transmitem que o Município no passado recente seguiu critérios de legalidade que são traduzidos no relatório. Na sua opinião é um bom relatório para a Autarquia que deixará os munícipes descansados relativamente ao seu funcionamento. Que gostaria de manifestar a todos os funcionários, e isso consta no relatório, o esforço que tem havido para tentar cumprir as questões legais, que hoje a legislação muito exigente obriga.-----

- **Joel Afonso** – Referiu que se não está na sessão da Assembleia Municipal para discutir os aspectos de natureza contabilística. Que os relatórios devem ser feitos por sistema tal como o são nas empresas. Em relação ao relatório da inspecção da IGAL não se pode falar que há crime em lado nenhum, mas sim que há determinados

aspectos que falham. Que em relação à gestão anterior e à actual ninguém é perfeito. Disse que continua a considerar que as Autarquias são oásis, são sociedades tipo “secretas”.-----

--- **DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**2.3- Comissão Instaladora da Entidade Regional de Turismo do Centro – Por fax de 13.09.2008, e registado em 15.09.2008, envia os Estatutos da Entidade Regional de Turismo do Centro de Portugal, e a sua publicação no Diário da República, 1.ª Série – N.º 178, de 15 de Setembro de 2008 – Apreciação e votação de proposta de adesão aprovada em reunião camarária do dia 17 de Setembro do ano em curso.--**

**- Sr. Presidente da Câmara -** Teceu alguns esclarecimentos sobre o assunto em epígrafe.-----

--- Não havendo inscrições para este ponto o Presidente colocou-o de imediato a votação. -----

--- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada pela Câmara.-----

**2.4 - Código do Imposto Municipal Sobre Imóveis (CIMI) – Fixação das taxas referentes ao ano de 2008, a aplicar no ano de 2009 – Apreciação e votação de proposta aprovada em reunião camarária do dia 17 de Setembro do ano em curso.**-----

--- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara, datada de 11-09-2008, de fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), aprovada em reunião ordinária da Câmara Municipal do dia 17 de Setembro do ano em curso, do seguinte teor:-----

--- *“Considerando que, de harmonia com o n.º 5 do art.º 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro (Anexo I), alterado pelas Leis n.ºs 6/2006, de 27 de Fevereiro, 21/2006, de 23 de Junho e 53-A/2006, de 29 de Dezembro, compete aos municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, fixar a taxa do IMI a aplicar em cada ano, dentro dos limites previstos nas alíneas b) e c) do n.º 1 do mesmo artigo, respeitantes, respectivamente, aos:*-----

*- Prédios urbanos: 0,4 % a 0,8%;*-----

*– Prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI: 0,2% a 0,5%;*-----

--- *Considerando que, em conformidade com o n.º 13 do mesmo artigo 112.º, as deliberações da assembleia municipal devem ser comunicadas à Direcção Geral dos Impostos, por transmissão electrónica de dados, para vigorarem no ano seguinte,*

Acta N.º <b>04/2008</b>	
Livro N.º	Folha N.º
<b>04</b>	<b>139</b>

*aplicando-se as taxas mínimas referidas no n.º 1 do referido artigo, caso as comunicações não sejam recebidas até 30 de Novembro;-----*

*--- Considerando que resulta assim, da conjugação do referido n.º 5 do art.º 112.º do CIMI, com a alínea f), do n.º 2, do art.º 53.º, da designada Lei das Autarquias Locais (LAL), aprovada pela Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que compete à Assembleia Municipal autorizar a fixação das taxas do IMI nos limites legais acima referidos, mediante proposta da Câmara Municipal em conformidade com o disposto na alínea a), do n.º 6, do artigo 64.º, da mesma LAL;-----*

*--- Em consequência, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva delibere submeter à Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva, a fixação das seguintes taxas de IMI para vigorarem no ano de 2009:-----*

*– Prédios urbanos: 0,6%;-----*

*– Prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI: 0,3%. ”-----*

*--- Abertas as inscrições para este ponto, inscreveu-se e usou da palavra o seguinte membro: -----*

**- António Tavares** – No seu entender as taxas propostas são muito elevadas para Vila Nova de Paiva. Mais, ninguém investe em Vila Nova de Paiva. Que a avaliação é realizada pelas Finanças e quem recebe a receita é a Câmara Municipal. Disse que espera que não haja dualidade de critérios para a Câmara Municipal e para os particulares. A Câmara Municipal terá que pagar a aquisição dos terrenos de acordo com a avaliação feita pelas Finanças.-----

*--- E não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa, deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões levantadas. -----*

**- Sr. Presidente da Câmara** - Informou que o Município de Vila Nova de Paiva é o que pratica taxas de IMI mais baixas. Que o Governo vai propor taxas de 0,7% e 0,4%, e Vila Nova de Paiva tem taxas inferiores de 0,6% e 0,3%.-----

**--- DELIBERAÇÃO:** Deliberado por maioria absoluta, com votos a favor dos membros: Henrique Gomes Morgado, Manuel António Lourenço Reis, Manuel Costa Pereira, Ilídio Silva Ferreira, Carlos Alberto Pereira de Sá, Carlos Sousa Ribeiro, Orlando Carvalho Canseiro, Avelino Pereira Ferrolho, António Manuel Rodrigues Coelho, José Macário Afonso, e Joel Afonso de Sousa, Orlando Pereira Gomes, e abstenções dos membros Carlos Fernando Diogo Pires, Paulo Marques, José Luís Santos, António Tavares e Amândio Guedes, aprovar a proposta apresentada pela Câmara.-----

**2.5- Proposta de desafecção do domínio público municipal de uma parcela de terreno com 2.600 m2, sita ao lugar da Pedralva, na Freguesia de Vila Nova de Paiva - Proposta do Sr. Vice-Presidente datada de 31.07.2008 - Apreciação e votação de proposta aprovada em reunião camarária do dia 06 de Agosto do ano em curso.**-----

--- Foi presente à reunião a Proposta do Sr. Vice - Presidente da Câmara, datada de 31.07.2008, aprovada em reunião ordinária da Câmara Municipal do dia 6 de Agosto do ano em curso, do seguinte teor:-----

--- “*Considerando que de harmonia com o disposto na alínea b), do n.º 4, do art.º 53.º, da Lei das Autarquias Locais (LAL), aprovada pela Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, compete à Assembleia Municipal deliberar sobre a desafecção de bens do domínio público municipal;*-----

--- *Considerando que o terreno onde incide a obra das piscinas integra o domínio público municipal, sendo necessário para efeitos de registo patrimonial, que o mesmo passe a integrar o domínio privado do Município;*-----

--- *PROPONHO ao Executivo Municipal, ao abrigo da alínea a), do n.º 6, do art.º 64 da LAL, para submissão à apreciação e decisão da Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva, a desafecção do domínio público municipal de uma parcela de terreno com a área de 2.600 m2 (dois mil e seiscentos metros quadrados), sita ao Lugar da Pedralva, na freguesia de Vila Nova de Paiva, conforme Planta de Localização anexa, com as seguintes confrontações:*-----

--- *Norte: Casa do Povo;*-----

--- *Nascente: Arruamento;* -----

--- *Sul: Clube de Caça e Pesca;* -----

--- *Poente: Município de Vila Nova de Paiva.* -----

--- *À referida parcela de terreno é atribuído o valor de € 13.000,00 (treze mil euros euros).*-----

-- Não havendo inscrições para este ponto o Presidente colocou-o de imediato a votação. -----

--- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade, autorizar a desafecção do Domínio Público Municipal da parcela em epígrafe.-----

**2.6 - Proposta de desafecção do domínio público municipal de uma parcela de terreno com 25.670 m2, sita ao lugar da Pedralva, na Freguesia de Vila Nova de Paiva. - Proposta do Sr. Vice-Presidente datada de 31.07.2008 - Apreciação e votação de proposta aprovada em reunião camarária do dia 06 de Agosto do ano em curso.**-----

Acta N.º <b>04/2008</b>	
Livro N.º	Folha N.º
<b>04</b>	<b>139</b>

--- Foi presente à reunião a Proposta do Sr. Vice - Presidente da Câmara, datada de 31.07.2008, aprovada em reunião ordinária da Câmara Municipal do dia 6 de Agosto do ano em curso do seguinte teor: -----

--- *“Considerando que de harmonia com o disposto na alínea b), do n.º 4, do art.º 53.º, da Lei das Autarquias Locais (LAL), aprovada pela Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, compete à Assembleia Municipal deliberar sobre a desafectação de bens do domínio público municipal;-----*

--- *Considerando que foi apresentada junto do Instituto do Desporto de Portugal, I.P. candidatura para a obra de Construção do Parque Desportivo de Vila Nova de Paiva, localizado no Lugar da Pedralva, na freguesia de Vila Nova de Paiva;-----*

--- *Considerando que o terreno onde incide aquela obra integra o domínio público municipal, sendo necessário, para completa instrução da referida candidatura, que o mesmo passe a integrar o domínio privado do Município;-----*

--- *PROPONHO ao Executivo Municipal, ao abrigo da alínea a), do n.º 6, do art.º 64 da LAL, para submissão à apreciação e decisão da Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva, a desafectação do domínio público municipal de uma parcela de terreno com a área de 25.670 m2 (vinte e cinco mil, seiscentos e setenta metros quadrados), sita ao Lugar da Pedralva, na freguesia de Vila Nova de Paiva, conforme Planta de Localização anexa, com as seguintes confrontações:-----*

--- *Norte: Casa do Povo, Irene da Silva Rodrigues da Fonseca e outros;-----*

--- *Nascente: Município de Vila Nova de Paiva, Clube de Caça e Pesca e arruamento;-----*

--- *Sul: Município de Vila Nova de Paiva;-----*

--- *Poente: José Ferreira da Rocha e outros.-----*

--- *À referida parcela de terreno é atribuído o valor de € 128.350,00 (vinte e oito mil, trezentos e cinquenta euros)”.-----*

--- Não havendo inscrições para este ponto o Presidente colocou-o de imediato a votação. -----

--- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade, autorizar a desafectação do Domínio Público Municipal da parcela em epígrafe.-----

**2.7 - Da fixação da percentagem pretendida pelo Município quanto à participação variável no IRS, relativa aos rendimentos do ano de 2009, a liquidar pela Direcção Geral dos Impostos em 2010. – Apreciação e votação de proposta aprovada em reunião camarária do dia 17 de Setembro do ano em curso.-----**

--- Abertas as inscrições para este ponto da ordem do dia, inscreveram-se e usaram da palavra os seguintes membros:-----

- **Presidente da Câmara** – Informou que tem conhecimento que apenas os Municípios de Penalva do Castelo e Penedono afectaram uma percentagem diferente. Na sua opinião não se deve alterar a percentagem da taxa, tendo em conta que quem paga IRS é a classe que auferia maiores rendimentos.-----

- **Joel Sousa** – Disse que essa taxa só atinge quem ganha um ordenado razoável, como tal não se deve alterar a taxa a aplicar. -----

- **António Tavares** – Referiu que é a classe média que paga impostos. Que se deveria seguir o exemplo dos Municípios de Penalva do Castelo e de Penedono que baixaram a taxa do IRS, e assim compensar algumas pessoas, com o objectivo de se fixarem no concelho. Por fim referiu que não alterando a percentagem não se admirem que as pessoas deixem de residir em Vila Nova de Paiva.-----

- **Paulo Marques** – Discorda da proposta do deputado António Tavares. No seu entender dever-se-ia fazer um estudo demográfico e dar incentivos à taxa de natalidade com vista a uma política integrada.-----

- **Diogo Pires** – Referiu que tendo em conta que a vida “está difícil” e as classes mais desfavorecidas deveriam ser alvo de uma maior preocupação.-----

- **Carlos Sá** – Disse que vai votar favoravelmente mas com a convicção de que o Governo neste momento está a ir longe demais, a querer aprovar um acto que só em finais de 2009 irá fazer incidência no Orçamento de Estado. Que estar a limitar já 5%, no seu entender é um esforço demasiado que se está a pedir aos contribuintes. Isto porque entende que o Governo neste momento está com dificuldade em aumentar a recolha de receita e vem com uma proposta que só deveria ser apresentada em 2009 para ser aplicada em 2010. Entende que a proposta agora apresentada só teria cabimento de ser discutida com o conhecimento do Orçamento de Estado de 2009 e da Câmara Municipal. -----

-- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por maioria absoluta, com votos a favor dos membros: Henrique Gomes Morgado, Manuel António Lourenço Reis, Manuel Costa Pereira, Ilídio Silva Ferreira, Carlos Alberto Pereira de Sá, Carlos Sousa Ribeiro, Orlando Carvalho Canseiro, Avelino Pereira Ferrolho, António Manuel Rodrigues Coelho, José Macário Afonso, e Joel Afonso de Sousa, Orlando Pereira Gomes, Amândio Guedes, e voto contra dos membros, José Luís Santos, e António Tavares, aprovar a proposta apresentada pela Câmara.-----

**2.8 – Apreciação da Actividade Municipal desenvolvida durante os meses de Julho, Agosto e Setembro de 2008, nos termos do artº 53º, nº1, alínea e) da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.**-----

Acta N.º <b>04/2008</b>	
Livro N.º	Folha N.º
<b>04</b>	<b>139</b>

--- O Sr. Presidente da Câmara informou que uma vez que a informação da actividade municipal foi enviada atempadamente a todos os membros da Assembleia é dispensada a leitura da mesma, estando ao dispor para quaisquer questões e esclarecimentos.-----

--- Abertas as inscrições para este ponto da ordem do dia, inscreveram-se e usaram da palavra os seguintes membros:-----

- **Avelino Ferrolho** – Começou por informar que alguns dos trabalhos mencionados na relação dos trabalhos efectuados por administração directa ainda estão por realizar, tais como a instalação de sinalização da Estrada da Laje Gorda, e a reparação/substituição do Abrigo da Avesseira, e a manutenção da calçada na Rua da Almoínha no Touro, questionando o Sr. Presidente para quando a sua realização.-----

- **Paulo Marques** – Questionou o Sr. Presidente sobre a realização da drenagem de águas pluviais no caminho da Tojeira, na Queiriga, afirmando que quem por lá passa verifica que o caminho está mais estreito e está aberta uma vala que pode ser muito perigosa, e solicitou informação sobre as datas em que nos anos anteriores o mesmo caminho foi sujeito a intervenção por parte dos serviços municipais.-----

- **António Tavares** – Informou que o Clube Malhadinhas, de Vila Nova de Paiva, realizou no dia 28 do corrente mês, o 5.º passeio de “BTT “na Rota do Paiva”, e que ficou um pouco desiludido e já falou dessa situação com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Cova à Coelheira, pelo facto do pequeno almoço do referido passeio estar marcado para ser realizado na Praia Fluvial de Vila Cova à Coelheira, e as instalações sanitárias não estarem a funcionar. Que o Clube Malhadinhas só soube da situação no dia anterior à noite quando solicitou à Junta de Freguesia de Vila Cova à Coelheira as chaves das referida instalações e lhe comunicaram que não ainda não estavam a funcionar. Mais, passou-se uma má imagem e falta de organização, que é de lamentar essa situação. Se as instalações sanitárias ainda não estavam prontas a funcionar deveriam ter comunicado ao Clube essa situação para mudarem o percurso. -

-- Questionou o Sr. Presidente sobre a situação dos passeios na vila que continuam por fazer e que alguns deles já estão por executar há mais de meio ano. Que é uma má imagem que se está a passar para o exterior. Felicitou o Sr. Presidente da Câmara Municipal pela abertura do arruamento de ligação da Rua do Coval à Rua P. Joaquim Rodrigues da Cunha, tendo em conta a execução das infra-estruturas de saneamento naquela zona. Informou que ouviu algumas reivindicações de alguns proprietários dos terrenos sobre o preço que negociaram com os serviços municipais para aquisição dos mesmos, frisando que há diferenças nos preços. Questionou o Sr. Presidente sobre a

política que se tem seguido na aquisição dos terrenos quando é para realização de interesses públicos.-----

- **Amândio Guedes** – Questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre a obra do Acabamento de saneamento no Lugar da Carvalha, na freguesia de Vila Cova à Coelheira, referindo que já havia questionado o Sr. Presidente e que ele lhe tinha informado que a obra estava para adjudicação e até ao momento ainda não foi executada.-----

- **Joel Sousa** – Disse que há que enaltecer os trabalhos realizados pelos serviços municipais, como por exemplo o Festival de Astronomia que teve projecção internacional mas que poucos membros da Assembleia Municipal participaram. -----

- **António Coelho** – Informou que se as valetas forem limpas as águas não estragam os caminhos. Que o caminho da Tojeira tinha uma largura considerável e com a intervenção dos serviços municipais foi muito encurtado. -----

--- E não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa, deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões levantadas. -----

----- O Presidente da Câmara respondeu às intervenções efectuadas, tendo referido que relativamente ao Abrigo da Avesseira esse não será necessário dado que se recolhem as crianças junto à povoação. Relativamente aos trabalhos constantes na relação dos trabalhos efectuados por administração directa e que na realidade não estão executados foi lapso dos serviços. Quanto à situação das instalações sanitárias da Praia Fluvial de Vila Cova à Coelheira informou que o dono dessa obra é a Câmara Municipal e que o Clube Malhadinhas não solicitou à Câmara Municipal as referidas chaves, se o tivessem feito, tal como o fizeram para os balneários das Piscinas Municipais, os serviços teriam comunicado que tal pedido não era possível.-----

-- Relativamente aos passeios na vila, informou que já reuniu duas vezes com a empresa Planigás e a própria empresa reconheceu esse grave problema. -----

-- Quanto ao preço para aquisição dos prédios rústicos a Câmara Municipal tem proposto preço igual para todos os proprietários, mas alguns recorrem ao Tribunal, outros negociam evitando-se assim mais despesas para a Câmara Municipal. Que existe uma declaração assinada por um desses proprietários, que já tem mais de vinte anos, e que esse mesmo senhor invoca que a assinatura que consta na referida declaração não é a sua assinatura.-----

-- Relativamente às obras de saneamento na Carvalha informou que essa obra está na fase de lançamento de concurso.-----

-- Informou ainda que no Caminho da Tojeira, na Queiriga foi feito, o que os técnicos entenderam fazer para retirar a água do caminho, e que ele próprio juntamente com o

Acta N.º <b>04/2008</b>	
Livro N.º	Folha N.º
<b>04</b>	<b>139</b>

Eng. Brás, Chefe da DOM, foram ao local para averiguar o serviço realizado, e que na sua opinião o trabalho foi bem executado.-----

----- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

--- Nos termos do artigo 27º do Regimento, foi aberto ao público um período de intervenção para esclarecimentos, nomeadamente sobre matérias constantes da ordem do dia da Sessão.-----

--- Inscreveu-se para usar da palavra a Sr.<sup>a</sup> Beatriz Almeida Rebelo, de Queiriga, que pediu esclarecimentos sobre a situação do caminho da Tojeira, na Queiriga. -----

-- O Sr. Presidente da Câmara informou a Munícipe que por informações do Chefe da DOM, o trabalho foi bem realizado.-----

-----ENCERRAMENTO-----

----- Finda a Ordem do Dia e uma vez tratados todos os assuntos, o Sr. Presidente da Mesa deu como encerrada esta sessão, dezoito horas.-----

--- Todos os documentos citados nesta acta e que serviram de base ao que nela foi apreciado, constam da pasta de documentos anexos às actas da Assembleia Municipal e dão-se aqui por transcritos para todos os efeitos. -----

--- Para que conste lavrou-se a presente acta que depois de lida e aprovada, foi assinada pela Mesa da Assembleia Municipal .-----

[illegible]